

AS (RE)NOMEAÇÕES DO ESPAÇO ASILAR DE CAMPINAS

Geralda Maria de Carvalho Zaidan, IEL

Instituto de Estudos da Linguagem-Universidade estadual de Campinas (UNICAMP)

Caixa Postal 6045-13081-970 – Campinas–SP– Brasil

Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

gerazaidan@uol.com.br, cpgiel@iel.unicamp.br

***Abstract.** In this work, we propose a reflection on the processes of (re)nomenclations that the Instituição Lar of Velinhos of Campinas received along the a hundred years of existence. He/she/you interests to understand us the production of senses of the nominations for this asylum in the event enunciative of the language. In those structures, it is done necessary to observe him/it that them (re)signify and as the senses of the political and urban control are constituted on your spaces and your citizens. Therefore, the study of the (re)nomenclations of this institution feel for determinations semantic-enunciations inside of the social process of identification. This way, the space of the asylum is constituted, because the language designates him and it makes single him/it in the measure in that describes your relationship historical, social and politics with the world in an attempt of noticing them and you explain to them in practice of the language that you/they lean on your senses.*

Keywords. Semantics; Enunciation; Senses; Names; Evolution

***Resumo.** Neste trabalho, propomos uma reflexão sobre os processos de (re)nomeação que a Instituição Lar dos Velinhos de Campinas recebeu ao longo dos cem anos de existência. Nos interessa compreender a produção de sentidos das nomeações para este asilo no acontecimento enunciativo da linguagem. Nessas estruturas, faz-se necessário observar o que elas (re)significam e como são constituídos os sentidos do controle político e urbano sobre seus espaços e seus cidadãos. Portanto, o estudo das (re)nomeações desta instituição se dão por determinações semântico-enunciativas dentro do processo social de identificação. Desta forma, constitui-se o espaço do asilo, pois a linguagem o designa e o singulariza na medida em que descreve sua relação histórica, social e política com o mundo*

numa tentativa de percebê-los e explica-los na prática da linguagem que se apóiam seus sentidos.

Palavras-chave. Semântica; Enunciação; Sentidos; Nomes; Evolução

AS (RE)NOMEAÇÕES DO ESPAÇO ASILAR DE CAMPINAS

Neste trabalho nos propomos a analisar as diferentes formas de nomear o espaço do ***Lar dos Velinhos de Campinas***, a partir do texto do jornal *Correio Popular*ⁱ que faz uma homenagem aos 100 anos de existência dessa instituição asilar, ou seja, interessa-nos compreender como se dá a produção de sentidos das nomeações para o asilo no acontecimento enunciativo de linguagem.

Assim, tomaremos como suporte teórico a semântica da enunciação, proposta por GUIMARÃES (1995). Nessa perspectiva, entendemos, tal como o autor, que o cruzamento dos discursos não é estável, mas exposto à diferença de modo que o sentido do referente não remete a algo único. FOUCAULT (1976:72) afirma que um espaço é onde cada indivíduo tem seu lugar, onde cada localização corresponde a uma parcela (de indivíduo) que pode apresentar-se de forma homogênea. E, nesse espaço, a sociedade é atravessada pelas relações do discurso filosófico-político representado em um conjunto de estratégias subjetivas para o funcionamento dessa mesma sociedade.

Assim, para desenvolver esta análise, estabelecemos recortes pertinentes a esse material. Para definir os recortes em que aparecem as diferentes nomeações, buscamos em GUIMARÃES (1987:14) a noção que evidencia a constituição da noção de recorte que se dá em dois níveis: o polissêmico, que no processo de linguagem permite a criatividade, isto é, a afirmação da relação entre o homem e o mundo considerados historicamente. É o lugar de onde se podem apreender os sentidos dos enunciados e a incompletude da linguagem, apagando a noção de que há um limite que separa o dizer de um e de outro, pois o que se diz não é completo, parte do sentido de um, está no que o outro diz.ⁱⁱ E o parafrástico, que é a existência de tensão no texto que aponta para o rompimento. Esta é uma relação entre o homem e a sociedade, de forma que há diferentes formulações para o mesmo sentido.

Nesse âmbito, o recorte adotado aqui se dá pelo estudo do lugar de onde se podem apreender os sentidos dos enunciados, tal como um acontecimento de linguagem que se faz pela enunciação para produzir sentido. Assim, a partir das análises sobre as (re)nomeações do asilo, faz-se necessário observar como essas nomeações (re)significam e como são constituídos os sentidos do controle político e urbano sobre seu espaço e seus cidadãos.

Entendemos que as nomeações se constituem por determinações semântico-enunciativas em virtude de se darem no interior do processo social de identificação, mas ao apagar, pela representação do enunciador, o lugar social deste, elas se mostram meramente referenciais. Dessa forma, constitui-se o espaço determinado historicamente, pois a linguagem designa o asilo, dado que, ao (re)nomear, há um movimento de sentidos que singulariza o espaço para descrever/inscrever sua relação histórica, social e política com o mundo.

Podemos ainda observar que os espaços dessas nomeações são relacionados a um nome próprio que pode ser pensado em uma diversidade de nomes. Isso demonstra que há sentidos diferentes para um nome que denomina e uma predicação que explica o nome. Então, compreendemos que, se há uma predicação junto ao nome, é ela quem o determina. DUCROT (1984), ao tratar da determinação da referência, afirma que o processo de um nome é global e é isso que faz a diferença de um nome para outro.

Uma teoria semântica deve não só apreender a natureza exata da relação entre o significado de palavras e de sentenças, mas deve ser capaz de enunciar de que modo essa relação depende da ordem das palavras e de outros aspectos. Assim, o conceito de designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação de algo próprio das relações de linguagem numa relação lingüística (simbólica) remetida e exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada historicamente. Para GUIMARÃES (1995:74) o conceito de processo de designação para o referente deve ser considerado uma exterioridade produzida pela linguagem na enunciação. Sendo assim, não se fixa o sentido do referente como se remetesse a algo único. Para o autor, a enunciação é considerada um acontecimento de linguagem que se faz pelo funcionamento da língua, ou seja, é falar segundo um lugar de disputa e/ou obediência, é exercer uma relação de poder.

Ancorados nos pressupostos teóricos passaremos a analisar o funcionamento das cenas enunciativas que constituíram os sentidos das expressões que se constroem em (re)nomeações no decorrer dos anos. Pois, essas (re)nomeações funcionam como evocadoras de uma relação de origem. São elas: *Chácara República*,ⁱⁱⁱ *Asylo de Mendigos*, *Asylo de Inválidos* e *Lar dos Velhinhos de Campinas*. Podemos compreender que o funcionamento do acontecimento enunciativo dessas (re)nomeações se dá por uma memória que as faz significar de forma que, *ao mostrar dizendo o mesmo, se diz outra coisa e essa outra coisa passa a fazer parte da designação do nome reescriturado*, como afirma GUIMARÃES (2002: 69).

E, por meio dessa memória, recorreremos a FOUCAULT (1972), quando fala da Inglaterra, nos séculos XVII a XIX, considerada nesse momento o berço da sociedade industrial, constituindo os laços de um futuro mundo organizacional capitalista, baseado na racionalidade, que considerava a relação do homem com a natureza, a verdade e a moral como princípios sociais. Nesse contexto, surge o asilo. Iniciativa privada, com o objetivo de tratar os loucos e os insanos. Assim, um grupo de pessoas forma os quacres,^{iv} que trabalhavam na manutenção das sociedades de amigos e doavam subsídios para os necessitados e doentes, pois os internos eram impossibilitados de conviver em sociedade, segundo a visão da época. É com esse intuito que nasce o asilo no século XVII, tanto na Inglaterra quanto na França: abrigar os insensatos que o sistema social da época não aceitava.

ANÁLISE

A partir dos recortes extraídos do Caderno Especial do *Correio Popular* nos remeteremos à história da instituição asilar de Campinas.^v

1ª (RE)NOMEAÇÃO — República (1899)

A idéia da fundação de um abrigo para os mendigos da cidade deve-se ao jornalista Antônio Sarmiento, que publicou no jornal *Diário de Campinas*, em 22 de janeiro de 1899, a urgência dessa necessidade. Também, “ressaltou o sentimento dos moradores de Campinas em virtude do bem, da piedade, da pureza e a preocupação social que era comum a todos”.^{vi} No histórico da fundação do asilo, o primeiro projeto foi a aquisição de uma chácara, que recebeu o nome de *República*,^{vii} “em homenagem aos novos ventos políticos que sopravam no País”.

Podemos compreender esse período como um momento de transição, de ruptura, de denúncia da realidade brasileira. Sobressaíam dois espíritos antagônicos: um de euforia com o progresso industrial e com os avanços técnico-científicos; e outro de decadência, onde tudo não passava de ilusão, pois o homem dava as costas para a realidade materialista, procurando sensações mais refinadas. Daí, os sentidos políticos para a enunciação que nomeia a chácara de “República”, a qual pode ser compreendida como o interesse dessa sociedade em cuidar das causas públicas, isto é, cuidar dos interesses comuns.

Entretanto, podemos refletir que essa preocupação com a “causa pública” abriga uma enorme contradição, visto que a aquisição da chácara *República* tinha como finalidade acomodar os mendigos que circulavam pelas ruas da cidade de Campinas. Será que essas pessoas eram mendigos ou apenas migrantes de regiões que não ofereciam condições de sobrevivência? Esse comportamento social dá indícios de que, nessa estrutura, a força de trabalho dos migrantes não era absorvida pelos centros urbanos, gerando conseqüentemente grandes diferenças sociais.

Observamos que, em decorrência desses momentos antagônicos, os sintagmas “República” e “solidariedade” inscritos no recorte 1 estabelecem uma relação de autor – personagem, que GUIMARÃES (2002:60-61) trata como polifonia. No funcionamento da linguagem “a polifonia é um dos modos de descentramento de forma que há categorias de sujeito falante/ouvinte; locutor/alocutário; enunciador/destinatário”.

Assim, ao considerarmos que “o locutor é a figura da enunciação que se representa como eu na enunciação”, podemos observar que no caso do recorte 1, temos um(a) locutor(a) e um(a) enunciador(a) institucionalizado(a), a repórter (Célia Siqueira), que se utilizou de fatos históricos para significar um determinado momento político do Brasil e também para demonstrar o momento atual do asilo. Mas, de acordo com GUIMARÃES (2002), “o enunciador é a figura de sujeito que estabelece a perspectiva da enunciação”. Assim, Alberto Sarmiento aparece ora tomado pela posição similar a do enunciador, ora se manifesta em oposição ao enunciador a quem ele (locutor) recorre e da existência discursiva pelo fato de ser responsável pela enunciação histórica a partir das formações ideológicas que representa na formação discursiva que a está aliado. Assim, para o autor citado, a polifonia marca “a posição de sujeito que não se dá como quem fala, mas simplesmente como lugar do qual se fala, se enuncia”.

Então, podemos entender que, no momento em que o jornalista Alberto Sarmiento fala do “sentimento dos moradores de Campinas em virtude do bem, da piedade, da pureza e a preocupação social que era comum a todos”,^{viii} traz sentidos para o sintagma

solidariedade de forma positiva, demonstrando que a sociedade estava preocupada com os migrantes que aqui chegavam e não tinham estruturas básicas de sobrevivência. Mas os sentidos outros corroboram para que haja contradição e apagamento, visto que não era esse o objetivo da sociedade da época.

Já o sintagma **República** evidencia diversos sentidos. Aquele momento do regime republicano foi marcado por frustrações, angústias e falta de perspectiva, por causa da dificuldade de se compreender a realidade pelos métodos científicos, uma vez que os homens pretendiam ter acesso aos segredos do Universo, pela via da razão e do progresso. No entanto, para alguns, tudo não passaria de ilusão, porque reconheciam não ter controle sobre nada. Dessa forma, alguns adotaram uma postura de desprezo em relação ao mundo burguês da conquista.

As discrepâncias sociais já se acentuavam nos contextos urbanos e as preocupações dos políticos e da “classe média” das grandes metrópoles demonstravam o interesse de suprimir do convívio social aqueles migrantes que não eram mendigos, mas eram sujeitos que buscavam condições melhores de sobrevivência, contradizendo e apagando os sentidos que o jornalista Alberto Sarmiento descreveu no jornal *Diário de Campinas*, de 22 de janeiro de 1899.

2^A (RE)NOMEAÇÃO — Asylo de Mendigos (1904)

A situação do centro de Campinas, em 1904, era insuportável, devido ao grande número de pedintes nas ruas. E o asilo ainda não tinha condições de ser inaugurado. Ainda assim, ocorreu a segunda nomeação, não oficializada e sem legitimidade jurídica, de *Asylo de Mendicidade*.

Em fins julho de 1904, autoridades de Campinas exigiam soluções para os problemas sociais da cidade. O jornalista Antônio Sarmiento, incomodado com a situação de penúria vivida por muitos que ocupavam as ruas da cidade, liderou campanhas veiculadas pela imprensa para a criação de um local que os atendesse “adequadamente”.

O *Asylo de Mendigos*, passou, então, a abrigar ex-escravos, migrantes e famílias carentes no início do século XX. E as campanhas eram intituladas como de *solidariedade*.^{ix}

A idéia da fundação de um estabelecimento que sirva de abrigo aos pobres que imploram a esmola de porta em porta, não é exclusividade nossa, é uma idéia generalizada, é o sentimento íntimo do bem, é esse sentimento piedoso, puro, imaculado que tanto engrandece o coração humano — a caridade.^x

Analisemos esse enunciado na linha de GUIMARÃES (2002: 61), afirma que a polifonia é uma “multiplicidade de consciências”, às quais identificamos o locutor do recorte 2, o jornalista Alberto Sarmiento, pois ele se constitui no lugar social do qual se diz, isto é, o jornalista Alberto Sarmiento é o locutor-institucionalizado porque ele fala da posição (lugar) que ocupa no jornal *Diário de Campinas*. Ou seja, o lugar social da enunciação é o do locutor-institucionalizado e não o do locutor social.

Podemos dizer que esse locutor fala a partir de dois lugares de enunciação: por um lado, como enunciador-individual (eu), que se diz preocupado com as questões sociais e políticas que envolvem a cidade, no sentido de ela ter um local próprio para os carentes, questão que “não é exclusividade nossa, é uma idéia generalizada”; e também, por outro lado, podemos compreender o locutor (nós) como um enunciador-genérico, que é a representação da voz da sociedade campineira, que diz acreditar no bem-estar da comunidade, movida por aquilo que “é o sentimento íntimo do bem, (...) esse sentimento piedoso, puro, imaculado que tanto engrandece o coração humano — a caridade”.

Então, o enunciado acima tem um funcionamento social que fixa sentidos de boa atitude e de boa obra social. É preciso considerar que, quando se diz algo, as posições de sujeito tomam concepções diferentes. Alberto Sarmiento, ao dizer sobre a necessidade da sociedade campineira, fala do lugar de representante social dessa sociedade (prefeitura) para outro lugar social (povo), também estabelecido na sociedade e fazendo, com isso, parte da significação. Há, porém, uma forma social de se apropriar da linguagem que reflete a ilusão de sujeito, interpelado pela ideologia, de que ele é a origem de seu dizer.

Vale ainda dizer que os sentidos da nomeação da instituição asilar podem ser compreendidos como representação de uma classe social que não pode/deve circular no espaço urbano, teoricamente espaço livre para todos circularem. Portanto, nesse recorte da análise, a classe dos excluídos remete-nos ao contexto histórico eleva-nos ao fato de que a cidade de Campinas não tinha estrutura urbana para “todos que aqui chegavam em busca de trabalho e melhores condições de vida”.^{xi} Essa classe social era composta pelos ex-escravos e pelas famílias migrantes, que não deviam/podiam circular como cidadãos comuns, pois, de acordo com relatos da época, eles contribuíam para a proliferação de doenças causadas pela falta do planejamento urbano e o asilo ainda não tinha condições de abrigar todos que aqui chegavam sem estrutura financeira.

Desse modo, podemos compreender diferentes sentidos para a palavra “mendigos”, definida no *Dicionário Aurélio*: “do latim *mendicare*, pedir por esmola, esmolar. Ganhar ou obter dificilmente os meios necessários para viver. Pedir com humildade ou pleitear servilmente”.^{xii}

3^a (RE)NOMEAÇÃO — Asylo de Inválidos (1905)

Dado que Campinas fazia parte da rota do café e, com isso, grandes produtores e comerciantes desse produto se estabeleciam, encontramos uma cidade que tinha grande circulação de dinheiro. E, portanto, o espaço de circulação não era igual para todos, pois estes espaços eram determinados pelas classes sociais. Com esse histórico de agravos de epidemias na cidade, observamos com Foucault que “(...) dentro dessas instituições encontram-se rostos bem variados, dado que esse regulamento era elementar ao grande sonho burguês de uma cidade que imperaria a síntese autoritária da natureza e da virtude”.^{xiii}

Um dos grandes nomes da sociedade campineira do final do século XIX, o doutor Paulo de Machado Florence, então delegado de polícia, reuniu um grupo de pessoas de

expressão, como Joaquim Villac, João de Paula Castro, Luiz José Pereira de Queiroz, Euclides Teixeira, Aristides Pompeu, Virgínio Jacobsen e o padre Manuel Ribas D'Ávila, para fundar o asilo.

(...) em virtude das fortes epidemias e [d]a situação social que se tornava insustentável, em 13 de agosto de 1905, na Câmara Municipal de Campinas, foi realizada uma assembléia geral para a eleição da primeira diretoria definitiva do asilo, os quais lideraram campanhas e eventos para arrecadar fundos e também o Asylo de Mendigos passa a ter a sua legitimidade burocrática.^{xiv}

Assim, autoridades como Orosimbo Maia, nomeado presidente, e Alberto Sarmiento, vice-presidente, deram novo direcionamento para a instituição. O enfoque era a necessidade da “urgência de fornecer aos desvalidos um abrigo, desde que estivessem impossibilitados de trabalhar”.^{xv} O local atendia os necessitados — famílias inteiras, portadores de deficiências físicas e mentais, e dependentes químicos. Foi produzida uma grande placa com outra nomeação — *ASYLO de INVÁLIDOS*, SALVE 10 DEZEMBRO 1905 —, afixada na frente do casarão por ocasião do evento da fundação oficial da instituição.

Podemos observar que os sentidos para os beneficiários dessa instituição se movimentam. A partir de GUIMARÃES (2002), compreendemos a nomeação “*Asylo de Inválidos*” no acontecimento enunciativo, a partir do seu funcionamento nessa relação instável entre linguagem e objeto, no duplo sentido que constitui a instituição, pois a construção da subjetivação para os sujeitos (inválidos, migrantes, ex-escravos, deficientes físicos e mentais) contribui para a formação de um imaginário que os categoriza a partir de uma política e de práticas sociais específicas, produzindo regulamentações de identidade e regularização de uma categoria que os subjetiva.

Acreditamos que esse espaço significa como lugar marginal de subjetivação do sujeito, onde se produzem identidades. Na nomeação *ASYLO de INVÁLIDOS* — SALVE 10 DEZEMBRO, o nome “SALVE” remete aos sentidos de estar perdido ou em perigo e aplica-se em relação a quem? Seria, talvez, “SALVE” pela glória da graça recebida ou “SALVE” no sentido de que se é bem-vindo, exprimindo sentimentos de alegria? Ou seria “SALVE” em relação ao lugar que se está na sociedade, que oferece perigo aos outros? Ou “SALVE” no sentido de resgatar o doente, enfermo, e trazê-lo para o convívio sociedade?

Esses sentidos remetem à compreensão de que a sociedade encontrará uma forma de tratar o que não era considerado normal como uma forma patológica, constituída pelo poder social que é produtor da individualidade, oprimido pelo poder dos soberanos, que reduz para um espaço comunitário político e repressivo. Podemos dizer, então, que o direito do “ser” não existe, mas o que existe são práticas jurídicas referidas a um princípio de racionalidade atravessado pela história, onde os direitos se revestiram de legalidade para as práticas e para a aplicação da justiça. Assim, nas instituições, as relações entre as partes eram fortalecidas no sentido do bem, em que

(...) os funcionários atendiam os necessitados, eles ofereciam alimento, banho, roupa limpa e cuidavam dos doentes. Tudo isso com as doações da sociedade, que já confirmava uma marca dos campineiros que vem atravessando séculos, a estender suas mãos sempre solidárias aos mais necessitados.^{xvi}

A instituição Asylo de Inválidos era administrada com eficiência, tendo como presidente da instituição, Orosimbo Maia, que logo seria eleito o primeiro prefeito de Campinas, em 1907. Ainda, no percurso teórico para compreensão das (re)nomeações do *Lar dos Velinhos de Campinas*, encontramos Foucault (1984: 422) discorrendo sobre as *heterotopias*, lugares que, mesmo sendo localizáveis, se configuram como um lugar à parte, constituindo uma espécie de contestação, ao mesmo tempo, mítica e real do espaço em que vivemos. Assim, cada heterotopia tem uma função no tecido social, que varia entre pólos extremos: ora abrigo do desvio — como acontece com as prisões, os bordéis e os asilos — ora projetando os ideais de uma sociedade.

4^A (RE)NOMEAÇÃO — Lar dos Velinhos de Campinas (1970)

Já na década de 1970, os conceitos do então *ASYLO de INVÁLIDOS* eram outros. “Os idosos eram na sua maioria internos, que eram simplesmente abandonados no ASYLO pelas suas famílias.”^{xvii} Com esse deslocamento de sentidos, os dirigentes viram-se obrigados a rever o nome da instituição, que já não era mais adequado à clientela. Por terem idealizado um local em que fossem oferecidos sentimentos semelhantes aos do convívio familiar, o nome da instituição precisaria ser outro, pois o conceito de asilo havia sido mudado. Nesse contexto, a instituição é nomeada como *Lar dos Velinhos de Campinas*.

Onde o local se mantém distante de qualquer relação com a palavra asilo e todos os seus ultrapassados conceitos. Hoje, promovem um projeto de interação com a sociedade, este local se parece mais um lar. — O lema da instituição hoje é: “onde os ideais nunca envelhecem”. Seus corredores são um passeio pela identidade campineira e brasileira. Cada rosto guarda um mundo novo esperando para ser descoberto. Tudo se confirma em uma marca dos campineiros que vem atravessando séculos, a de estender suas mãos sempre solidárias aos mais necessitados.^{xviii}

Neste recorte, observamos a necessidade de desmistificar a palavra “asilo”, que está carregada do espírito da exclusão. A palavra “asilo” também se revela no modo de estabelecer a predicação sobre o que designa, ou seja, de “asilo” para “lar”, estabelece-se uma predicação no mesmo funcionamento da designação, pois agora se afirma que é um asilo, mas não um asilo comum, um Lar. O termo traz, portanto, sentidos de acolhimento, de conforto, de cuidado e de lazer. Com isso, podemos observar o trabalho enunciativo na construção das nomeações: o sujeito, ao enunciar “asilo”, predica sobre esse espaço no momento em que enuncia o sintagma “lar” e, com isso, divide-se. Deslizando de um lugar (de enunciação) para o outro, faz significar aquilo mesmo que nega, isto é, o asilo como lugar dos excluídos.

Então, se entendêssemos a língua como um funcionamento sem equívocos, compreenderíamos que a designação pressupõe uma referência que aponta para um objeto único no mundo. Mas justamente por nos colocarmos na perspectiva teórica contrária a esta, dizemos que as diferentes nomeações para o *Lar dos Velinhos de Campinas* se dão por acontecimentos históricos inscritos na contradição normativa que estabelece a divisão do real. Visto isso, o espaço da palavra é onde as línguas regulam ou disputam um lugar atravessado pelo político. É nesse espaço que ocorre uma divisão: de um lado, o lugar onde

há valores e organização de papéis sociais; e, de outro, há disputa por esses papéis sociais, tomados por cada falante na relação com a língua, pois a língua não é variável, mas dividida por uma disputa política que promove relações diferentes entre os falantes.

Por fim, podemos observar que as relações de poder têm uma multiplicidade de forças que exercem e se constituem dentro da organização de seu sistema, onde os movimentos políticos deslocam os sujeitos para a demarcação das relações de poder, as quais constituem suas identidades. Desse modo, observamos neste esboço de análise, um jogo de relações de forças políticas e sociais entre as formas de designar o asilo, as formas de subjetivação para os sujeitos idosos para ocupar esse espaço e os próprios fundadores da instituição, na identificação social e na projeção/constituição/controlado de lugares de dizer que significam pelo aparente reconhecimento do outro e na ilusão de que não há diferenças.

O imaginário para esse espaço asilar projeta uma singularização dos sujeitos aí constituídos para ocupar esse lugar. A contradição desses espaços para (re)inscrever um real vai significar o desenvolvimento político e econômico de uma sociedade. E isso demonstra que os sentidos para as nomeações dos espaços do asilo se cristalizam no sentido institucional e nas relações de força que tomam corpo (sentidos) nas (re)formulações dos regulamentos e leis para que haja uma hegemonia dos idosos dentro do espaço-asilo.

Notas:

ⁱ *Correio Popular*, Campinas, 25 de julho de 2004, Caderno Especial.

ⁱⁱ Sobre polissemia e incompletude, ver ORLANDI (1983, 1992, entre outros).

ⁱⁱⁱ Esse nome não tem validade jurídica. O asilo recebeu-o apenas no momento de sua aquisição para a cidade de Campinas.

^{iv} Sociedades de amigos que se desenvolveram na Inglaterra a partir de fins do séc. XVI. Eram organizações de iniciativa privada no domínio da assistência, e organizavam-se em grupos para favorecer as associações de auxílio.

^v Célia Siqueira Farjallat é cronista do *Correio Popular* e os dados utilizados para a matéria foram fornecidos pela própria instituição em Caderno Especial do *Correio Popular* de 25 de julho de 2004.

^{vi} *Correio Popular*, Campinas, 25 de julho de 2004, Caderno Especial, p. 1.

^{vii} Esse fato histórico se deu em 15 de novembro de 1889 e teve como palco o Campo de Santana, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. A República teve sua instituição definitiva pela Constituição de 1891.

^{viii} *Correio Popular*, Campinas, 25 de julho de 2004, Caderno Especial, p. 1.

^{ix} *Correio Popular*, Campinas, 25 de julho de 2004, Caderno Especial, p. 1.

^x *Ibidem*.

^{xi} De acordo com dados do próprio Lar dos Velinhos de Campinas.

^{xii} *Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa*, 15^a ed., 1986.

^{xiii} *Filosofia da loucura*, 7^a ed., 2004, p. 79.

^{xiv} *Correio Popular*, Campinas, 25 de julho de 2004, Caderno Especial, p. 1.

^{xv} *Ibidem*.

^{xvi} *Ibidem*.

^{xvii} *Ibidem*.

^{xviii} *Correio Popular*, Campinas, 25 de julho de 2004, Caderno Especial, p. 1.

Referências bibliográficas:

BENVENISTE, Emile. *Problemas de Linguística Geral I*. Trad. De Maria da Glória Novac e Luiza Neri. São Paulo, Ed. Nacional/ 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1998. Editora da Universidade de Campinas.

BLOCH. (Ed.). *Revista Mensal de Cultura Enciclopédica*. Direção Geral de Victor Civita. SP: Abril Cultural. Ano 1, nº 1, 05/1976.

BOBBIO, Norberto. *O Tempo de Memória: De Senectute e outros escritos autobiográficos*. Trad. Daniela Versiani, RJ: Elsevier, 1997. 7ª reimpressão.

DUCROT, O. *O dizer e o Dito*. Campinas, Pontes, 1984.

FOUCAULT, M. *Vigiar y castigar*. Argentina. Ed. Siglo Veintiuno 1976.

----- *A ordem do discurso*. 4ª. ed. SP: Loyola, 1998.

----- *Outros Espaços*. In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Vol. III. Trad. De BARBOSA, Inês Autran D. RJ: Forense Universitária, 2001. Coleção Ditos & Escritos.

----- *Conceitos Essenciais*. Judith Revel: tad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

----- *Histoire de la á Âge Classique*, 1972. Trad. NETTO, José t. C.História da Loucura, SP: Perspectiva,2004.

----- *Vigiar e Punir*, SP:Vozes, 1974/1975.

FOURNIER, Jean-Marie. *Os Nomes de Ruas: Uma Forma de Discurso Estritamente Urbana*. Université de la Sorbone Nouvelle. CNRS UMR 7597. (*Histoire des theories linguistiques*), Syled. In: *Cidade Atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Orlandi, Eni (org.). Campinas, SP: Pontes, 2001. (Cidade, linguagem, sociedade, 1).

GUIMARÃES, Eduardo J. *Texto e Argumentação*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

----- (org.) *Enunciação e História*. In: *história e sentido na Linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

----- *Os Limites do Sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

----- *Um Mapa e suas Ruas. Encontro – Cidade Atravessada*, LABEURB, UNICAMP, 1999.

----- *Sentido e Acontecimento – Um estudo do Nome Próprio de Pessoa*. In: *gragoatá, no prelo*, UFF, RJ, 2000.

----- *Semântica do Acontecimento: Um estudo Enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2002.